



# Diário Oficial

## Estado de Goiás

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 08 DE MARÇO DE 2022

ANO 185 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 23.752

### PODER EXECUTIVO

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### DECRETO DE 7 DE MARÇO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

##### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CÁSSIO RODRIGUES SILVA, CPF/ME nº 032.959.831-78, do cargo em comissão de Assessor "A5", da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º Nomear BRUNO LEONARDO DE SOUSA FARIAS, CPF/ME nº 275.351.678-29, para, em comissão, exercer o cargo de Assessor Especial "AE2", da Secretaria de Estado da Administração, com lotação na Secretaria de Estado de Comunicação.

Art. 3º A eficácia do provimento estabelecido pelo artigo 2º fica condicionada ao atendimento do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião da respectiva posse.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 7 de março de 2022; 134º da República.

RONALDO CAIADO  
Governador do Estado

Protocolo 288087

#### Secretaria Geral da Governadoria

##### EXTRATO DA PORTARIA Nº 018/2022 -SGG DESIGNAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATO

O Secretário-Chefe da Secretaria Geral da Governadoria, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/1993, e artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928/2012, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo nº 202118037000321, resolve designar a servidora **MÁRCIA SANTOS ALMEIDA MOTA**, CPF Nº 008.408.221-62, para atuar como gestora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO DE COMODATO E DOAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO Nº 001/2022** celebrado entre a Secretaria -Geral da Governadoria e a Empresa **TECNO - IT TECNOLOGIA, SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 19.354.200/0001-70.

Protocolo 288117

##### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO DE COMODATO E DOAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO Nº 001/2022

**Comodatária:** SECRETARIA GERAL DA GOVERNADORIA.  
**Comodante:** TECNO-IT TECNOLOGIA, SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO LTDA - CNPJ nº 19.354.200/0001-70.  
**Objeto:** A cessão e doação de serviço de treinamento, sob o regime de comodato simples, sem ônus, de equipamentos de tecnologia colaborativa de compartilhamento de arquivos, videoconferência e multimídia pelo período de 5 (cinco) anos a serem utilizados pela

Secretaria Geral da Governadoria.

**Processo nº:** 2022.1803.700.0321.

**Data da assinatura:** 04/03/2022.

**Vigência:** 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura.

**Assinatura pela Comodatária:** Adriano da Rocha Lima - Secretário.

**Assinatura pela Comodante:** Ibrahim Mathias Boufleur - Representante Legal.

Protocolo 288080

#### Procuradoria Geral do Estado – PGE

##### EXTRATO DO EMPENHO Nº 2022.1451.005.00026

PROCESSO nº 202200003000174; CONTRATANTE: Estado de Goiás, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, CNPJ 01.409.697/0001-11; CONTRATADA: NILZA APARECIDA AZEVEDO ME, CNPJ 12.444.829/0001-62; VALOR: R\$17.199,60 (dezesete mil cento e noventa e nove reais e sessenta centavos); OBJETO: Aquisição de kits On Boarding de boas-vindas, para a recepção e integração dos novos Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); RATIFICADO por: JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, Procuradora-Geral do Estado, em 04/03/2022.

Protocolo 288149

#### Vice Governadoria

##### PORTARIA Nº 10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a constituição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS no âmbito da Vice-Governadoria.

**VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS**, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Constituição do Estado de Goiás, de 05 de outubro de 1989 combinado com a Lei Estadual nº 20.491, de 25 de junho de 2019, o Decreto Estadual nº 9.538, de 18 de outubro de 2019, suas alterações posteriores;

Considerando o direito do cidadão de receber dos Órgãos Públicos informações de seu interesse particular conforme Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no qual regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados;

Considerando a Lei Estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013, no qual dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e o Decreto Estadual nº 7.904, de 11 de junho de 2013, que a regulamenta;

Considerando a necessidade do cumprimento do que dispõe o Art. 44, da Lei Estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013, quanto a constituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS;

Considerando o Decreto Estadual nº 7.904, de 11 de junho de 2013, no qual regulamenta a Lei Estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao